



MEIO AMBIENTE

ONU cobra ação do Brasil contra o efeito estufa

Relatório das Nações Unidas aponta o fracasso das medidas de contenção da temperatura do planeta. País segue na contramão dos esforços para frear o aquecimento global, mas governo promete levar “soluções” à COP-27, no Egito

© Christian Braga/Greenpeace



Avanço da devastação das florestas brasileiras é apontado pela ONU como um dos fatores que agravam o problema do aquecimento global

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) divulgou, ontem, o relatório *Lacuna de Emissões 2022*, que avalia anualmente os esforços dos países para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. O documento destaca que a previsão de aquecimento da temperatura do planeta quase dobrou e que os países fracassaram em cumprir metas de redução de carbono.

O levantamento foi anunciado pela ONU duas semanas antes da abertura da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas — COP 27, que ocorrerá em Sharm el-Sheikh, no Egito. O relatório traz um resumo dos últimos compromissos dos países signatários do Acordo de Paris. O pacto firmado entre 195 países busca limitar, até o final do século, o aumento médio da temperatura global em menos de 2°C em relação ao período pré-industrial. Mantidas as políticas climáticas atualmente em curso, a temperatura deve subir 2,8°C (na comparação com a média pré-industrial).

Para a ONU, o Brasil seguiu na direção oposta: diminuiu, em 2020, a ambição de reduzir emissões de gases de efeito estufa. O país é considerado um ator importante na batalha para evitar a catástrofe climática, diante do peso do desmatamento da Amazônia na alta de emissões. Especialistas apontam que manter a floresta em pé é uma das medidas mais viáveis para conter rapidamente as mudanças climáticas sem a necessidade de investimentos gigantescos ou perdas de Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque as atividades que levam à destruição da floresta, como o garimpo ilegal ou a venda irregular de madeira, são pouco

relevantes para a balança comercial brasileira.

Nos últimos anos, porém, o bioma tem visto uma escalada das taxas de devastação e dos incêndios, o que fez o governo Jair Bolsonaro ser alvo de cobrança interna e no exterior. Representantes do mercado estrangeiro também ameaçam impor sanções aos produtos do agronegócio brasileiro ou exigir certificados de origem limpa como forma de pressionar pela queda no desmate.

O relatório do Pnuma exemplifica e detalha o tamanho do problema e sugere saídas para evitar a catástrofe climática. Um dos pontos críticos é a defasagem entre o que os países se

comprometeram a fazer e o que estão fazendo de fato. Desde a Cúpula do Clima (COP-26), em Glasgow (Escócia), no ano passado, os compromissos voluntários assumidos pelas nações para cortar emissões foram responsáveis pela remoção de apenas meia gigatonelada de dióxido de carbono equivalente (CO2e) da atmosfera, menos de 1% das emissões que devem ser lançadas em 2030, data limite para que países como o Brasil e os Estados Unidos cortem pela metade suas emissões. A União Europeia tem meta de diminuir 55%.

Conforme o Pnuma, a maior parte dos países do G-20 começou recentemente a implementar seus planos de reduções.

Coletivamente, é esperado que a meta não seja atingida sem uma mudança expressiva de rumo. Para a agência, a crise climática exige uma rápida transformação das sociedades nos setores de fornecimento de eletricidade, da indústria, do transporte, de construção, alimentos e finanças. O organismo salienta que a única maneira de limitar os piores impactos da crise climática é uma “rápida transformação da sociedade”.

“A tendência de queda nas emissões esperada para 2030 mostra que as nações fizeram algum progresso neste ano”, disse Simon Stiell, secretário-executivo da agência da ONU para Mudanças Climáticas. Na COP-26,

os Estados-Membros concordaram em elevar a metas. No entanto, a agência estima que mesmo que as atuais ações fossem cumpridas integralmente até 2030, ainda resultariam em um aumento no aquecimento global de 2,5°C. Cientistas alertam que o aumento de 1°C já tem causado grandes desastres climáticos, como queimadas, inundações e tempestades.

Glasgow

O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, chegou a afirmar, neste mês, que o Brasil levará parte da solução para a crise energética que o mundo vive à COP-27. “Temos a possibilidade

de mostrar um Brasil real, mais sustentável, especialmente em relação às energias. Essa conferência vai olhar muito para a energia, que é um desafio global com a crise energética que está ocorrendo. Nossa energia está sendo olhada pelos outros países como uma oportunidade de investimento. O que temos desenhado como estratégia é levar o Brasil às energias verdes e às oportunidades de consumo dessa energia”, disse o ministro.

No ano passado, em Glasgow, o Brasil anunciou o compromisso de mitigar 50% de suas emissões de gases de efeito estufa até 2030. No documento *Diretrizes para uma Estratégia Nacional para Neutralidade Climática*, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, foram estabelecidas novas metas intermediárias, como a de reduzir o desmatamento ilegal, a partir de 2022, em 15% ao ano até 2024; 40% em 2025 e 2026; e pela metade em 2027, até atingir o compromisso de zerar o desmatamento ilegal em 2028.

Espera-se que uma transformação global para uma economia de baixo carbono exija investimentos de, pelo menos, US\$ 4 trilhões a US\$ 6 trilhões por ano. Esta é uma parcela relativamente pequena (1,5% a 2%) do total de ativos financeiros administrados, diz o relatório, mas ainda assim mobilizar esses recursos exigirá mudanças fundamentais no mercado financeiro global.

Há alguns avanços em curso. Em relatório publicado nesta semana, a Agência Internacional de Energia afirmou que os investimentos em energia limpa atingiram US\$ 1,3 trilhão — superando o montante reservado para combustíveis fósseis, que receberam cerca de US\$ 1 trilhão.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Denúncia das rádios foi tiro no pé de Bolsonaro

A ordem na campanha de Bolsonaro é esquecer a história das rádios e deixar o assunto morrer na Justiça, porque a denúncia foi uma Operação Tabajara, como dizia o humorista Claudio Manoel, da antiga *Casseta & Planeta*. Não se sustentou 24 horas, porque revelou atraso na entrega dos programas às rádios, falhas no monitoramento das redes sociais e uma desconfiança, por parte da própria equipe de campanha, de que o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fábio Wajngarten, autor da trapalhada, comprou gato por lebre, ao acreditar que o dossiê com a denúncia tivesse total veracidade e poder de provocar até o adiamento das eleições.

A tese foi comprada pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria, que divulgou a denúncia em entrevista coletiva na segunda-feira, sem que o senador Fábio Bolsonaro (PL-RJ) e o marqueteiro da campanha, Duda Lima, fossem consultados. Como todo candidato que está

perdendo a eleição acredita em qualquer coisa que possa mudar o rumo da história, Bolsonaro se empolgou e agarrou a denúncia com as duas mãos, mas foi demovido de um confronto mais sério com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, pela cúpula das Forças Armadas e os caciques do Centrão — o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e próprio presidente do PL, Valdemar Costa Neto — tão logo as rádios começaram a desmentir as informações.

Quando Bolsonaro convocou a reunião ministerial de emergência, na quarta-feira à noite, os políticos e militares do governo já estavam conscientes de que a “bala de prata” seria um tiro no pé. Ainda tentaram demover Bolsonaro de comentar o assunto, mas já era tarde, porque ele estava muito irritado com a resposta de Moraes e havia anunciado a

entrevista. Ontem, porém, o assunto já era tratado como uma agenda negativa, sobre a qual a campanha não deveria mais tratar. O foco foi todo voltado para a agenda de Bolsonaro no Rio de Janeiro, que fora suspensa na véspera, e sua preparação para o debate de hoje, na TV Globo.

Nada de braçada

O resultado foi que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou o dia de ontem nadando de braçadas: “Eu não sei o estado psicológico do presidente, mas essas coisas da rádio são incompetência da equipe dele. Não temos nada a ver com isso. Ele está um pouco desesperado, percebeu que tem a possibilidade de perder a eleição”, disse entrevista ao *Correio*, à Clube FM e à TV Brasília. “Nós ainda temos que disputar (o voto de) algumas pessoas que estão indecisas e pessoas que votaram nulo e branco no primeiro turno, mas é o direito

que ele tem de chorar, esperar, de quem sabe que vai perder as eleições. O Bolsonaro está ciente que vai perder as eleições. Ele estuda pesquisa, encomenda pesquisa e ele sabe que vai perder”.

Enquanto o clima na campanha de Bolsonaro era de que a semana fora perdida, Lula manteve a ofensiva. “O povo quer o Brasil mais alegre, com esperança, com prazer de ser brasileiro. Um país que distribui livros, não armas. Os servidores não receberam nenhum reajuste desde 2017. É um absurdo. O brasileiro era o povo mais feliz do mundo”, disse, num claro recado para os servidores públicos, que em Brasília são a categoria mais numerosa.

No final da tarde, lançou um documento intitulado *Carta para o Brasil do amanhã*, com propostas de governo com o claro propósito de agradar o mercado financeiro e o agronegócio, além da classe média, que vota majoritariamente com Bolsonaro. “Democracia e liberdade”,

“desenvolvimento econômico com investimentos”, “desenvolvimento sustentável e transição ecológica”, “reindustrialização do Brasil” e “agricultura sustentável” são os principais temas do documento, que tem 13 capítulos. Na abertura da carta, Lula diz: “Temos consciência da nossa responsabilidade histórica e, junto com amplas forças que apoiam a democracia brasileira, a partir de um permanente processo de diálogo e escuta da sociedade, apresentamos nossas principais propostas para a reconstrução do país”.

O documento servirá de referência para a participação de Lula no debate da TV Globo, hoje à noite, que é considerado uma espécie de batalha final com o presidente Bolsonaro. O petista não se saiu bem nos debates anteriores, embora isso não tenha alterado radicalmente o curso das eleições. Sua intenção é não cair nas armadilhas de Bolsonaro e manter o apoio que já tem, sem aumentar a rejeição. Em contrapartida,

Bolsonaro aposta tudo no debate, porque precisa reverter sua vantagem estratégica: 50% de rejeição, contra 45% de Lula.

O ex-presidente liderou o primeiro turno da eleição com 48,4% dos votos ante 43,2% do atual presidente da República, uma diferença de cerca de 6 milhões de votos. No fim da tarde, a pesquisa Atlas mostrou que a campanha de Lula se manteve na dianteira em Minas Gerais, onde Bolsonaro esperava reverter a vantagem, e no computo geral registrou 52,4% para o petista e 46,0%, para o presidente da República, nas intenções totais de votos, uma vantagem de 6,4 pontos, a maior até agora no segundo turno. No começo da noite, o DataFolha também divulgou nova pesquisa, com Lula apresentando 49% dos votos totais e Bolsonaro, 44%, uma diferença de cinco pontos. Em termos de votos válidos, a pesquisa Atlas registrou 53,2% a 46,8% e a DataFolha, 53% a 47%, a favor de Lula. Em termos de votos válidos, o que pode alterar esse resultado são as abstenções.